



Indo-Pacífico: entre a estratégia estadunidense e a resposta chinesa

Diego Pautasso
Marco Cepik

Introdução ¹

O conceito de Indo-Pacífico remete ao espaço geográfico do Oceano Índico ao Oceano Pacífico, se estendendo da Índia ao litoral chinês, passando pelo Mar do Sul da China e o entorno da Oceania. Trata-se de um conceito contestado, mobilizado pelos Estados Unidos e seus aliados para fins político-militares predominantemente ofensivos. A visão da China, expressa no conceito da Nova Rota da Seda, ou Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative - BRI), enfatizando objetivos socioeconômicos, também tem implicações de segurança, predominantemente defensivas (DEMIR, 2020).

Originalmente, Indo-Pacífico era um termo utilizado em Biologia marinha para caracterizar uma realidade biogeográfica (CHRISTENSEN; TULL, 2014). A extrapolação do conceito para o âmbito das relações

internacionais experimentou três ‘ondas discursivas’: em 2007, quando o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, propôs pela primeira vez ao parlamento da Índia, dando origem, no mesmo ano, ao Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD) entre Estados Unidos, Austrália, Índia e Japão; entre 2011 e 2013, quando tais países incluíram o termo em seus documentos e no léxico de política externa; e, em 2017, quando Trump discursou apelando normativamente a favor de um Indo-Pacífico ‘livre e aberto’ durante sua primeira viagem à Ásia. Até 2008, Washington priorizou a projeção de força no Grande Oriente Médio. No contexto da crise financeira desencadeada a partir dos Estados Unidos e das novas prioridades definidas pela Presidência Obama, o governo dos Estados Unidos iniciou um redirecionamento das prioridades estratégicas para a Ásia, aprofundada por Trump, inclusive ao nomear, em 2017, explicitamente a China como ‘competidor estratégico’.

Em 2019, foram lançados dois documentos relevantes e com apelos normativos diferentes a partir do mesmo conceito. O primeiro foi o Relatório de Estratégia do Indo-Pacífico, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.² No Relatório do Departamento de Defesa já citado, a estratégia estadunidense se baseou nesta delimitação geográfica e na defesa de aliados e parceiros regionais para “garantir que o Estado de direito - não a coerção e a força - dite o futuro do Indo-Pacífico” livre e aberto à navegação. No mesmo relatório, a China foi apresentada, sem que fossem apresentadas evidências, como uma potência revisionista interessada em reconfigurar a região, coagindo outras nações em proveito da sua modernização militar e projeção econômica predatória. Já o segundo documento, intitulado *Perspectiva da ASEAN no Indo-Pacífico*, expressou o apelo da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN) para que o Indo-Pacífico fosse uma região de diálogo, cooperação e desenvolvimento, não de confronto (HE; FENG, 2020).

Inobstante, o governo dos Estados Unidos renomeou seu Comando Conjunto das Forças Armadas do Pacífico, sediado no Havaí, como Comando Indo-Pacífico (ANWAR, 2020). É controverso o quanto a própria grande estratégia dos Estados Unidos expressa objetivos ofensivos e revisionistas no sistema internacional contemporâneo. Entretanto, é certo que o crescimento econômico da China e a transformação da Ásia Pacífico na região mais dinâmica do mundo têm despertado reações em Washington, as quais exacerbam uma rivalidade sino-estadunidense que torna mais insegura e instável a ordem internacional

contemporânea. Por sua vez, a China adota conduta que, por um lado, procura evitar ou adiar a rivalidade e a disputa hegemônica com os Estados Unidos, mas, por outro lado, reafirma suas iniciativas bilaterais e multilaterais, regional e globalmente, reiterando que não se deixará coagir pelos Estados Unidos. Objetivamente, portanto, a deterioração das relações entre os dois países configura uma rivalidade com implicações para todos os outros países (ROSSITER; CANNON, 2020).

Como destaca Serbin (2021), esta rivalidade se expressa também na disputa de narrativas, pois o conceito Indo-Pacífico traduz a abordagem de quatro países - Japão, Índia, Estados Unidos e Austrália - e alguns de seus aliados - como a França e a Grã-Bretanha. Embora não rejeitado, o significado do conceito é reformulado e adaptado pelos estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Mas a própria noção de Indo-Pacífico como uma realidade geopolítica é rejeitada pela China e, de forma mais ambígua, pela Rússia. Os dois países preferem, respectivamente, utilizar os termos Ásia-Pacífico e Eurásia para se referir aos seus entornos geopolíticos mais importantes. A escolha do termo pelos Estados Unidos e alguns dos seus aliados reage, ainda segundo Serbin (2021), a três realidades emergentes: i) a projeção crescente da China na região; ii) a ascensão econômica da Índia; e iii) a consolidação da ASEAN como um mecanismo regional que promove o multilateralismo e a estabilidade regionais.

Neste texto, nosso objetivo é analisar como esta emergente rivalidade entre Estados Unidos e China se manifesta e quais são as suas implicações regionais e sistêmicas. Do lado de Washington, a projeção se dá via bases e operações militares, além de iniciativas diplomático-comerciais, como Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD) e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), principalmente. Do lado de Pequim, suas ações na região têm passado pela Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), a Parceria Regional Abrangente (RCEP), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e, sobretudo, a Nova Rota da Seda (BRI). Nossa prioridade é analisar as iniciativas chinesas e compará-las com a projeção de poder estadunidense na região que Washington caracteriza como sendo o Indo-Pacífico. A hipótese do trabalho é que a projeção de poder atualmente realizada pelos Estados Unidos (um tipo de containment) é impotente para conter a China e detrimental para a segurança e o desenvolvimento da humanidade.

O restante do capítulo está dividido em três partes. A próxima seção analisa os aspectos econômicos e logísticos. Em seguida, uma seção discute os aspectos diplomáticos bilaterais e multilaterais. Finalmente, os aspectos militares e securitários serão analisados em uma seção específica. O capítulo pretende lançar luz sobre as contradições sistêmicas e os possíveis elementos a configurar o novo ordenamento de poder no mundo.

Aspectos econômicos e logísticos

Os Estados Unidos lideraram a economia mundial ao longo de todo o século XX. Às vésperas da Primeira Guerra (1913), a economia estadunidense tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de US \$517,3 bilhões, mais do que o dobro da soma da segunda (Alemanha) e da terceira (Reino Unido) maiores economias (US \$461,9 bilhões). Em 1950, o PIB dos Estados Unidos (US \$1.455,9 trilhão) era superior ao de toda a Europa Ocidental (US \$1.396.0 trilhão).³ A enorme superioridade econômica correspondia à liderança política e superioridade militar, com os Estados Unidos promovendo a reconstrução de países (Plano Marshall), liderando organizações internacionais, financiando o desenvolvimento, dominando os meios de pagamento e reserva (dólar).

A modernização econômica chinesa e o desenvolvimento social do país desde 1978 mudaram em poucas décadas a realidade global. Quando Washington reatou relações diplomáticas com uma China ainda predominantemente rural na década de 1970, ou mesmo quando a China se transformou numa ‘fábrica do mundo’ de produtos de baixo valor agregado nos anos 1990, não esperava uma aguda competição em setores estratégicos a partir da segunda década do século XXI. Segundo o FMI, em 2021 o PIB da China (US \$26,6 trilhões) já correspondia a 117% do PIB dos Estados Unidos (US \$22,6 trilhões).⁴ O ritmo acelerado de crescimento fez a China se tornar o maior parceiro comercial de 130 países do mundo em 2018, ante 58 que continuam tendo os Estados Unidos como primeiro parceiro comercial, uma inversão drástica em relação à 2001, quando a relação era de 32 e 160 países, respectivamente. Entre as dez maiores economias do mundo, apenas a França, o Reino Unido, o México e o Canadá ainda comercializam mais com os Estados Unidos do que com a China em 2021. Dessa forma, o

efeito gravitacional crescente da economia asiática torna cada vez mais dispendioso aceitar os termos da rivalidade e “optar” por Washington.

Em paralelo, o protagonismo tecnológico chinês tem sido evidenciado pelo avanço do país no ranking global de complexidade econômica (da 46^a para 18^a posição entre 1995 e 2018) e pelo conteúdo das exportações da China.⁵ O peso crescente de produtos e serviços de maior valor agregado na pauta exportadora chinesa se reflete também no déficit crescente dos Estados Unidos no comércio bilateral. Em 1985, o comércio sino-estadunidense era inexpressivo e equilibrado, com os Estados Unidos exportando US \$3,855 bilhões e importando US \$3,861 bilhões. Em 2005, apenas vinte anos mais tarde, o superávit chinês passou de 202 bilhões de dólares, chegando a US \$315,1 bilhões em 2012 e a US \$418,2 bilhões em 2018.⁶ Déficits crescentes e conteúdo tecnológico pendendo cada vez mais a favor dos exportadores chineses foram duas das justificativas utilizadas pelo governo Trump para a chamada “Guerra Comercial”, desencadeada por Trump desde 2016, mantida até agora na gestão Biden.

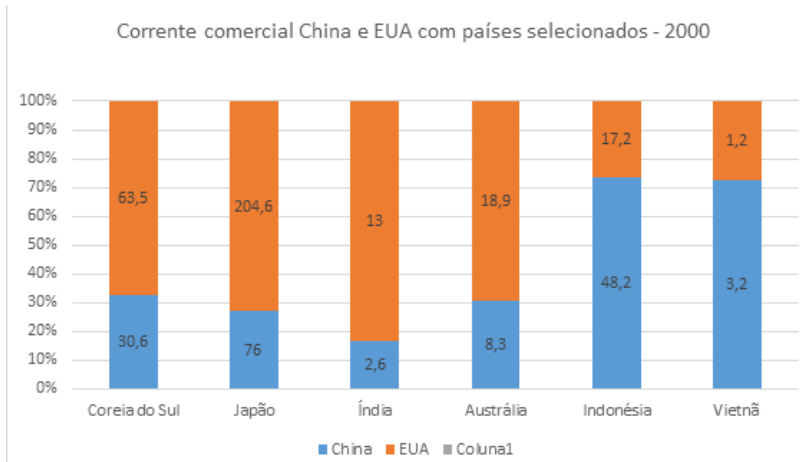
A resposta chinesa à “guerra comercial” se deu por meio de programas ambiciosos, como o Going Global, o Made in China 2025 e o China Standards 2035.⁷ Na lista das 500 maiores corporações de atuação global elaborada pela revista Forbes, em 2021 havia 133 empresas chinesas e 121 estadunidenses, sendo que em 2005 eram apenas 18 chinesas e 176 estadunidenses.⁸ Três quartos das 133 corporações globais chinesas são estatais, atuam em setores chaves da economia e atuam sob a coordenação da State Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), um órgão criado em 2008 durante o governo Hu Jintao.⁹ Ou seja, tais corporações não buscam apenas metas de produção, inovação e market share, tampouco retorno imediato para acionistas, mas focam em objetivos de longo prazo, tais como segurança no suprimento de insumos (energia, matérias primas e alimentos), inovação e projeção global.

Dado o fracasso do governo Trump em reduzir o déficit comercial e constranger o desenvolvimento chinês, Biden lançou em 2021 um plano com foco mais positivo (American Jobs Plan), visando a alocar US\$ 2,3 trilhões para renovar a infraestrutura física e social dos Estados Unidos. Entretanto, ao fazê-lo replicou a linguagem de Trump, colocando tensão adicional nas relações entre os dois países. Biden

também instou o Grupo dos Sete (G7) a impulsionar projetos de infraestrutura em países de renda média e baixa para tentar conter a Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI). O Japão, por exemplo, tem se articulado aos Estados Unidos para definir diretrizes para financiar o desenvolvimento, sobretudo de infraestrutura, incluindo 5G sem fio e energia limpa, como um contrapeso para a BRI da China.¹⁰ Aliás, embora ainda modesto, em 2020, o Japão forneceu, através do Banco do Japão para Cooperação Internacional, o maior financiamento para investimentos de todos os tempos, US \$37 bilhões, um aumento de 90% em relação ao ano anterior.

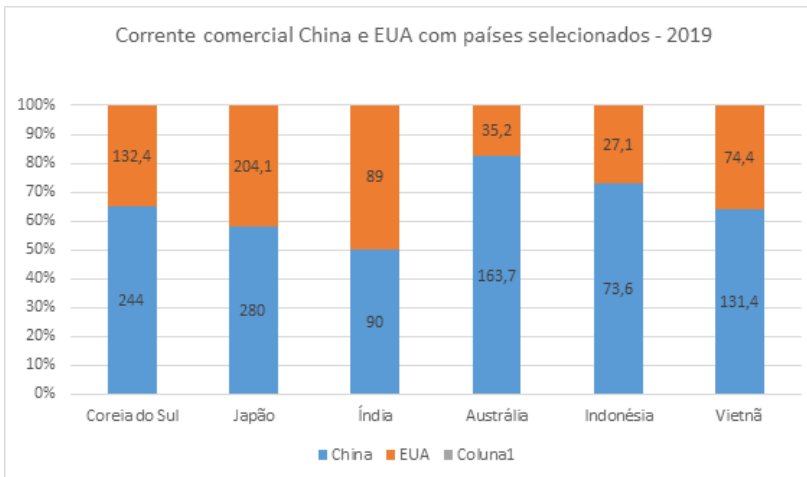
Além dos projetos econômicos dos Estados Unidos e de seus aliados na bacia do Índico e na costa asiática do Pacífico ainda não terem se materializado, a China já é o maior parceiro comercial dos principais países da região. Vejamos os dados (Gráficos 1 e 2) tomando como recorte um período de quase duas décadas (2000-2019): considerando seis importantes países selecionados (Coreia do Sul, Japão, Índia, Austrália, Indonésia e Vietnã), em 2000, os Estados Unidos eram o maior parceiro de quatro deles. Em 2019, a China é o maior parceiro de todos estes países. O comércio estadunidense com seu principal aliado regional, o Japão, encontra-se estagnado durante todo este período. A China está com um comércio 4,6 vezes maior com a Austrália do que seu aliado anglo-saxão. Mesmo com a Índia, cujas relações com Pequim são problemáticas, a balança de comércio passou a pender a favor do país oriental, sendo que em 2000 a corrente indo-estadunidense era 5 vezes maior que a indo-chinesa.¹¹ Conforme se pode observar nos gráficos 1 e 2, o efeito gravitacional geoeconômico chinês deve se acentuar, se entrelaçando à influência geopolítica, inclusive sobre os aliados de Washington. Assim, o custo decisório de aderir à agenda estadunidense se amplia proporcionalmente ao grau de interação com a economia chinesa.

Gráfico 1



Fonte: Elaboração dos autores, com dados disponíveis em <https://oec.world/en>.

Gráfico 2



Fonte: Elaboração dos autores, com dados disponíveis em <https://oec.world/en>.

No caso da ASEAN, o comércio com a China cresceu 85 vezes nas últimas três décadas e, em 2020, o bloco como um todo tornou-se o maior parceiro comercial de Pequim. O investimento mútuo entre a China e a ASEAN ultrapassou US \$310 bilhões de dólares em junho de 2021, enquanto a receita de negócios das empresas chinesas com contratos de projeto nos países da ASEAN se aproximou de US \$350 bilhões de dólares.¹²

Ademais, as declarações e as limitadas iniciativas econômicas dos Estados Unidos na região do Indo-Pacífico contrastam com a escala dos projetos e parcerias chinesas já em andamento no âmbito da BRI. São seis corredores terrestres e um marítimo, sendo três centrais para essa região: o Corredor Econômico China-Península Indochinesa (CICPEC), o Corredor Econômico Bangladesh-China-Índia-Mianmar (BCIMEC) e o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). A título de exemplificação, cabe detalhar o caso do CECP, proposto em abril de 2015. Atualmente conta com 23 projetos de energia, 07 de infraestrutura de transportes, 02 de infraestrutura de comunicação, 08 projetos relacionados ao Porto de Gwadar (incluindo vias expressas, hospital, aeroporto, zona franca e escola profissionalizante) e 09 zonas econômicas especiais, entre outros projetos, coordenado por um Comitê de Cooperação Conjunta de nível ministerial para o Planejamento de Longo Prazo do CPEC e operacionalizado por sete grupos de trabalho conjuntos. São já mais de US \$ 46 bilhões acordados ao longo de mais de três mil km em duas rotas principais, distribuídos na rota ocidental, passando por Zhob, Quetta e Kalat, e na rota oriental, via Multan, Faisalabad, Pindi Bhattian e Rawalpindi.¹³ Não obstante as dificuldades, o CECP é um grande teste para Pequim, pois se trata de inaugurar outro ciclo num país atravessado por problemas políticos e econômicos como o Paquistão.

E, deve-se ressaltar, o governo chinês concebe o CECP - com o Porto de Gwadar localizado em posição estratégica - como crucial para a conexão com os mercados da Europa e do Oriente Médio sem depender do Estreito de Malaca. Mesmo com alguns projetos atrasados, estima-se que a China economizaria cerca de US \$ 71 bilhões com esse acesso logístico, pois poderia reduzir cerca de US \$ 1450 em cada contêiner negociado do Oriente Médio e US \$ 1350 com a Europa, além de reduzir o tempo de viagem em cerca de 21 dias e cerca de 11.000 a 13.000 quilômetros de Kashgar (Oeste da China) para países de destino

no Oriente Médio e Europa (ALAM; LI; BAIG, 2019).

Um aspecto econômico importante das disputas em torno do conceito de Indo-Pacífico diz respeito às relações da Índia com a China e com os Estados Unidos. Em 2000, o mercado estadunidense absorvia 20,8% das exportações da Índia, enquanto o mercado chinês representava apenas 1,9%. Também em 2000, 7,5% das importações indianas eram provenientes dos Estados Unidos e 3,6% da China. Em 2019, a China já absorvia 5,2% das exportações indianas e provia 15,3% das importações, enquanto os Estados Unidos absorviam 16,8% das exportações e proviam 7,1% das importações indianas. Em perspectiva, os dados econômicos indicam que, até aqui, o Indo-Pacífico está longe de configurar um espaço geoeconômico que exclua, substitua ou contenha a China de alguma forma. Ao contrário, se amplia o efeito gravitacional geoeconômico chinês sobre a Índia e a região. Resta ver se no plano das relações diplomáticas e de segurança o conceito apresenta uma conexão mais forte com a realidade.

Aspectos diplomáticos: multi e bilaterais

A construção conceitual do Indo-Pacífico não depende apenas das relações econômicas ou mesmo da eventual (e não confirmada até aqui) posição da China como uma competidora e rival econômica, não apenas dos Estados Unidos, mas dos vários países da vasta região imaginada em Washington. A viabilidade estratégica do conceito dependerá ainda da capacidade de Washington prover um arranjo institucional e mecanismos de integração associados à região (HE; FENG, 2020). Segundo argumenta Scobell (2020), a rivalidade com a China foi se tornando prioritária à medida que “coalizões pró-cooperação nos EUA e na China se fragmentaram e foram suplantadas por coalizões pró-confronto” a partir da década de 2010. De fato, as divisões políticas entre as frações de classe, burocracias, grupos econômicos e partidos em Washington tornaram crescentemente difícil desde 2008 que qualquer estratégia coerente fosse implementada. Mesmo o giro da política externa estadunidense para a Ásia e a contenção da China desde o governo Obama estiveram longe de contar com apoio coerente dos diversos atores que influenciam a política externa norte-americana.

A Parceria Trans-Pacífico (TPP), por exemplo, proposta em 2016, foi logo sabotada quando Trump assumiu o governo em 2017. Tratava-se de um amplo acordo comercial que envolveria Austrália, Nova Zelândia, Brunei, Japão, Malásia, Vietnã, Cingapura, Canadá, México, Peru, Chile e os Estados Unidos. Sem Washington, os demais países assinaram em 2018 um Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Trans-Pacífica (CPTPP). Isso revela as dificuldades do governo estadunidense de liderar os países da região e promover o desenvolvimento e a integração regionais, como opção à projeção chinesa.

No âmbito regional, a China tem liderado diversas iniciativas bilaterais e multilaterais para o desenvolvimento e a integração regional. Se a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) era percebida como um cerco à China no contexto da Guerra Fria, já em 1991 Pequim buscou o diálogo e, em 1996, a China se tornou parceira comercial e promoveu a cooperação técnica com os países da ASEAN. Com a crise financeira que atingiu a Ásia em 1997, ao não desvalorizar sua moeda internacional, a China aumentou sua confiança e promoveu a primeira cúpula informal ASEAN-China. Em 2003, a China aderiu ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático e, em 2012, a China estabeleceu sua Missão Permanente na ASEAN. Em 2020, fruto dessa aproximação diplomática e aprofundamento dos laços econômicos regionais, Pequim liderou a criação da Parceria Econômica Regional Abrangente (Regional Comprehensive Economic Partnership - RCEP), a maior área de livre comércio do mundo. A RCEP é, pois, oriunda da antiga ASEAN+6, composta pelos dez países da Associação mais China, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Índia (que não aderiu à RCEP). Mesmo sem a economia indiana, os membros da Parceria somam quase um terço da população mundial e 29% do PIB global, facilitando o comércio pela eliminação de tarifas e inclusão de dispositivos sobre propriedade intelectual, telecomunicações, serviços financeiros, comércio eletrônico e serviços profissionais.

Serbin (2021) chama a atenção para o papel da ASEAN como centro de equilíbrio e gravidade na rivalidade sino-estadunidense. A própria narrativa sobre o Indo-Pacífico expressa no documento ASEAN Outlook on the Indo-Pacific, adotado na 34ª Cúpula da entidade regional em 2019, destaca os termos “inclusividade” e “centralidade ASEAN”, tentando evitar alinhamento ou exclusão em relação aos Estados Unidos e China.¹⁴ Ou seja, o bloco regional defende o papel do órgão

e de seus membros, inclusive da arquitetura de segurança regional. Neste sentido, a ASEAN tem sido refratária ao discurso promovido pelos membros do QUAD contra a China. Seus vários mecanismos regionais como a Cúpula do Leste Asiático (EAS), o Fórum Regional da ASEAN (ARF) e o Encontro de Ministros da Defesa da ASEAN Plus incluem os Estados Unidos e a China e cumprem papel chave como fóruns multilaterais para fomentar o diálogo sobre segurança e a cooperação na região Ásia-Pacífico (ANWAR, 2020). A viagem da vice-presidente Kamala Harris a Cingapura e ao Vietnã em agosto de 2021 resultou uma vez mais na baixa adesão aos objetivos anti-chineses dos Estados Unidos junto à ASEAN.¹⁵

Outra dimensão crucial da resposta diplomática chinesa tem se dado por meio dos bancos multilaterais e outros mecanismos de financiamento do desenvolvimento e da integração regional. Primeiro, a China possui dois dos principais bancos nacionais de desenvolvimento que financiam projetos no exterior, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) e o Banco de Exportação e Importação da China (Exim Bank). De 2008 a 2019, foram financiados quase 900 projetos por estes dois bancos chineses, totalizando US \$462 bilhões, quase o mesmo volume de recursos mobilizados pelo Banco Mundial, que no mesmo período financiou US \$467 bilhões. Este financiamento está distribuído globalmente, sendo a Ásia responsável por US \$164,3, concentrados, pela ordem, no Paquistão, Irã, Indonésia, Turcomenistão, Bangladesh e Filipinas.¹⁶

Segundo, desde 2013 a China liderou a criação de um banco multilateral de desenvolvimento com foco na região. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) foi fundado com US \$100 bilhões de subscrições de capital, o quarto maior do mundo. Prioritariamente voltado ao financiamento de infraestrutura, mas com áreas corporativas fortes para a proteção ambiental e social, em 2021 o AIIB já contava com 103 membros aprovados em todo o mundo (45 regionais, 38 não regionais e 20 em potencial), sendo a Índia o segundo maior acionista.¹⁷ Estados Unidos e Japão não são membros do AIIB.

Portanto, a implementação da Nova Rota da Seda (BRI) depende tanto dos mecanismos nacionais e multilaterais de financiamento quanto da ação diplomática bilateral e multilateral em escala regional e, crescentemente, global (LIU et al, 2020). A realização bianual de

um fórum multilateral como o Belt and Road Forum (2017, 2019), por exemplo, tem mobilizado chefes de estado e representantes de organismos internacionais. O fórum tem propiciado uma concertação ampla, envolvendo, no início de 2020, 138 países e 29 organizações internacionais. De 2013 a meados de 2020, o investimento da BRI havia alcançado cerca de US \$755 bilhões nos países participantes, principalmente em energia e transportes (39% e 25%, respectivamente). Em termos regionais, o investimento realizado distribuiu-se em 27% no Leste da Ásia, 22% na Ásia Ocidental, 21% na África Subsaariana e 14% no mundo Árabe e Oriente Médio. Tais projetos têm sido financiados por um leque amplo de instituições, tais multilaterais, como Silk Road Fund, China Development Bank, China Exim Bank, Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB; bancos comerciais chineses, como o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), Banco de Construção da China ou Banco Agrícola da China, principalmente.¹⁸

Como destaca Liu (2020), a China vem calibrando e moderando sua assertividade na região como forma (até aqui eficiente) de reduzir o alcance anti-chinês da estratégia do Indo-Pacífico. Zhang (2019) sustenta que Pequim mantém certa indiferença em relação à construção estratégica do Indo-Pacífico por parte dos Estados Unidos. Segundo o autor, Pequim tem sido mais cautelosa na relação com os vizinhos em territórios disputados do Mar da China Meridional. Por exemplo, ao invés de tentar persuadir a ASEAN a negar apoio ao conceito de Indo-Pacífico, o governo chinês aposta na complexa arquitetura diplomática regional, sobretudo fortalecendo instituições amplas como o CPTPP, a RCEP e a APEC, de modo a evitar que o conceito de Indo-Pacífico seja utilizado como instrumento de exclusão diplomática contra si.

Cabe matizar essa posição, por um lado, porque os Estados Unidos seguem inflamando seus aliados e parceiros no confronto com Pequim no Mar do Sul da China e, por outro, porque o governo chinês tem aumentado a presença na região - inclusive com uma nova exigência legal de 2021 exigindo que embarcações estrangeiras forneçam informações detalhadas às autoridades para salvaguardar a segurança nacional contra as ameaças representadas pelos Estados Unidos e seus aliados.¹⁹ Por ora, ainda que incidentes diplomáticos e divisões políticas internas continuem ocorrendo, como exemplifica o caso recente entre Japão e Taiwan, a diplomacia tem prevalecido sobre o conflito arma-

do.²⁰ Sabe-se, contudo, que uma deterioração adicional das relações políticas e militares entre Estados Unidos e China, no contexto de alguma crise regional, pode alterar os cálculos e as opções dos países do Índico e do Pacífico.

Aspectos militares: Estados Unidos e China na região

Antes de analisarmos as implicações militares da atual estratégia do governo estadunidense para o Indo-Pacífico, deve-se mencionar que há uma histórica política de contenção dos países da Eurásia que desafiaram a hegemonia norte-americana, a URSS durante a Guerra Fria e a China desde o começo do século XXI. Como indica o livro *Regional Responses to US-China Competition in the Indo-Pacific* da Rand Corporation, o conceito se articula diretamente com a estratégia para lidar com o que Washington considera seu principal competidor estratégico, a China.

Nesse sentido, Washington tem reposicionado forças na região, ainda preponderantemente distribuídas no Nordeste da Ásia e em seus territórios nacionais no Pacífico. O Comando Indo-Pacífico dos Estados Unidos (INDOPACOM) emprega aproximadamente 375.000 militares e civis e conta com mais de 2.400 aeronaves e 200 embarcações (USINDOPACOM, 2021). Desde o período da *rebalance policy* de Obama, a região é base de 60% – um acréscimo de 10% – de todo o poder naval estadunidense (O'HANLON, 2020). O projeto de reativação da Primeira Frota dos Estados Unidos seria uma maneira de ampliar a presença estadunidense no Oceano Índico e dar suporte à sobrecarregada Sétima Frota, baseada no Japão.²¹ A Primeira Frota abrangeria as principais rotas comerciais e estratégicas – desde o Mar do Sul da China, o Estreito de Malaca até o Canal de Suez – sinalizando que Washington busca alterar de forma revisionista o balanço de forças na região (YUMIN, 2021).

A Estratégia de Defesa Nacional de 2018 do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) sublinha a importância de trabalhar com aliados e parceiros regionais, com destaque para a Índia e o Japão.

No caso da Índia, contudo, o próprio documento afirma que o governo

estadunidense deve moderar as expectativas sobre o engajamento indiano contra a China. No plano global, a rivalidade sino-estadunidense é crucial. No plano regional, as relações sino-indianas são decisivas. Mesmo percebendo a China como seu concorrente de longo prazo mais significativo, Nova Delhi não tem grandes disposições para sustentar confrontos com Pequim - especialmente fora da região do Oceano Índico (BLANK, 2021). Atualmente, a Índia conta com mais de duas mil aeronaves e 180 navios e possui o terceiro maior gasto em defesa no mundo e o segundo maior na Ásia (US \$64,1 bilhões em 2020), ficando atrás apenas da China. O país tem buscado a modernização de suas forças armadas (especialmente da marinha). Além do projeto “Make in India”, que busca fortalecer a base industrial de defesa, o país tem focado em capacidades espaciais, cibernéticas e de operações especiais. Entretanto, o balanço de forças nucleares e convencionais (incluindo mísseis) entre Índia e China indica claramente a desproporção em favor da última (IISS, 2021).

Entretanto, para além dos meios militares, é preciso levar em conta os fins políticos e os condicionantes do emprego eventual da força. Por um lado, o governo Modi declara seu apoio à estratégia de contenção dos Estados Unidos. Por outro lado, entretanto, a Índia não tem tradição de alinhamento que não esteja amparado em cálculos de custo-benefício para a sua segurança e desenvolvimento. Neste sentido, os custos de confrontar simultaneamente o Paquistão e a China (e, eventualmente, a Rússia) são muito desproporcionais em relação aos benefícios que poderiam advir. Dificilmente as concessões econômicas e a ajuda militar justificariam a Índia adotar uma posição de alinhamento exclusivo com os Estados Unidos, passando, por exemplo, a interditar a cooperação na Organização para a Cooperação de Xangai, da qual faz parte desde 2017. Ou, na mesma linha, no AIIB e em todo o processo de integração da Eurásia e da Bacia do Pacífico, sob coordenação da RCEP.

Como destaca Serbin (2020), Nova Delhi precisa se equilibrar entre a projeção da China através do colar de pérolas (string of pearls) e do CECP (e, com efeito, sobre a reivindicação na Caxemira), mas também do virtuoso comércio bilateral. Entre sua histórica relação com a Rússia (seu principal fornecedor de armas) e sua crescente conexão com o chamado QUAD. Entre os Estados Unidos (que legitimou seu programa nuclear) pressionando pela consolidação da estratégia Indo-Pacífico e uma Rússia que reativou seus laços com Nova Delhi

para equilibrar seu relacionamento com a China, inclusive trabalhando para incluir o país na UEE. Se, por um lado, a Índia participa das iniciativas lideradas pela China (OCX, AIIB e o corredor BCIM), por outro, Nova Deli desenvolve suas próprias iniciativas, tais como sua projeção no Sudeste Asiático através da ASEAN. Assim, a aproximação estratégico-nuclear com os Estados Unidos e as concertações securitárias regionais (Quadrilateral Security Dialogue, grupo IO-5, Indian Ocean Naval Symposium, Indian Ocean Rim Association) parecem estar mais a serviço da transformação da própria Índia em uma grande potência do que em servir de parceiro júnior dos Estados Unidos em uma coalizão anti-chinesa no Indo-Pacífico.

No caso do Japão, em diversos encontros com autoridades estadunidenses, os líderes japoneses reiteram a importância de fortalecer a presença do país anglo-saxão na região através do projeto Indo-Pacífico Livre e Aberto (Free and Open Indo-Pacific - FOIP).²² A projeção militar de Washington se estende por todo entorno da Eurásia, desde o Japão, passando por Coreia do Sul, Taiwan, Filipinas, Guam, Tailândia, Diego Garcia, até a Etiópia e posições-chave no Golfo Pérsico (no Catar, no Bahrein e no Kuwait). As capacidades japonesas e, em menor escala, australianas, são os recursos adicionais mais robustos e confiáveis que os Estados Unidos têm para implementar a sua política de contenção da China.

Atualmente, o Japão possui o terceiro maior gasto em defesa na região, somando US \$49,7 bilhões (10,8% do total da região) em 2020. O país possui uma base industrial de defesa moderna e desenvolvida e tem investido na expansão de tecnologias endógenas nos últimos anos, principalmente em capacidades antimísseis (balísticos e de cruzeiro), guerra antissubmarino, aeronaves de patrulha marítima e no desenvolvimento do caça F-X. O Japão conta com 247 mil militares na ativa, sendo divididos, fundamentalmente, na Força Terrestre de Autodefesa, na Força Aérea de Autodefesa (mais de 700 aeronaves), na Força Marítima de Autodefesa (mais de 248 navios de guerra e 340 aeronaves) e na Guarda Costeira (IISS, 2021).

Os objetivos declarados do Japão para a região incluem a melhoria da cooperação para a proteção de fontes marinhas, infraestrutura de qualidade, segurança marítima (aplicação da lei marítima), redução do risco de desastres, e a capacitação de funcionários do governo nas

Ilhas Marshall, Micronésia, Palau, Filipinas e Sri Lanka. Além disso, Tóquio justifica sua atual postura de defesa pela necessidade de proteger investimentos na região, por exemplo, cerca de US \$10 bilhões no setor de energia do Vietnã e da Indonésia e volumes significativos no cabo submarino de fibra óptica Japão-Guam-Austrália. Conforme o Defense White Paper de 2021 do Ministério da Defesa do Japão, o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança assinado com os Estados Unidos em 1951 continua constituindo o fundamento da política de defesa japonesa, o que se expressa na adesão à iniciativa FOIP. Como destaca Koga (2020), o Japão também se ressentido porque o PIB do japonês é ofuscado pelo crescimento chinês. Ainda existem rivalidades territoriais entre os dois países, como nas ilhas Senkaku e, sobretudo, Coreia do Norte e a Taiwan representam potenciais de crise no entorno regional japonês. É nítido que o Japão mostrou vontade política de se engajar na estratégia estadunidense norteadada pelo conceito de Indo-Pacífico. Resta a dúvida se, diante da realidade econômica com crescente sinergia entre as economias japonesa e chinesa, em contraste com um eventual conflito entre Estados Unidos e China, as expectativas mútuas em torno da aliança nipo-americana se manterão.

Por ora, Pequim parece trabalhar com a hipótese de que as capacidades militares dos Estados Unidos no Indo-Pacífico, aumentadas pela aliança com os demais países do QUAD, constituem sua principal fonte de ameaça e insegurança. No âmbito da defesa e segurança, Pequim tem buscado a capacitação militar e a mudança doutrinária para viabilizar uma estratégia militar de antiacesso e negação de área (Anti-Access/Area Denial - A2/AD). Segundo o Relatório Anual do Departamento de Defesa (DoD) para o Congresso Nacional de 2020 (Military and Security Developments Involving the People's Republic of China), a China tende a enfatizar o uso integrado do poder político, econômico e militar para atingir seus objetivos sem guerrear com grandes potências. O relatório destaca ainda a importância do conflito cibernético e de operações conjuntas em todos os domínios, inclusive inteligência artificial (AI), a utilização do poder econômico para fortalecer vínculos regionais e a garantia da superioridade nuclear.²³

Do ponto de vista de Pequim, a conduta política e militar de Washington é parte decisiva dos desafios securitários que se colocam para a China: desde o apoio a movimentos insurgentes e separatistas (Xinjiang, Tibete, Hong Kong, Taiwan) até o fomento, a partir de

seus aliados, dos litígios no Mar do Sul da China, sobretudo nas ilhas Spratly, passando pelo apoio ao Japão na disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu, pela presença militar em países como a Coreia do Sul, o Japão, a Tailândia, a Malásia e as Filipinas, além da manutenção de bases militares e forças com grande capacidade ofensiva em Guam e no Havaí.

Em resposta, Pequim começou a estabelecer sua presença no Mar do Sul, principalmente desde 2013, nos territórios reivindicados nas ilhas Spratly. Vale notar que Vietnã, Malásia, Filipinas e inclusive Taiwan, menos noticiado, já haviam construído bases de operações no arquipélago (DOLVEN et al., 2015). Aliás, cabe lembrar que a reivindicação de soberania chinesa sobre as ilhas Paracelso, Prats e Spratly (sob o conceito de “linha de nove-traços”) contava com o apoio dos Estados Unidos nos anos 1940, durante o governo do Kuomintang. Trata-se de uma região com grandes reservas de hidrocarbonetos e recursos pesqueiros, além de ser uma rota crucial do comércio marítimo mundial. Praticamente a metade dos 50 maiores portos do mundo localizam-se no Leste e Sudeste da Ásia, sendo que sete dos 10 maiores portos do mundo ficam na China.²⁴

A modernização naval e a expansão de capacidades defensivas chinesas, entretanto, tendem a continuar relativamente limitadas a uma zona de 400-600 km da costa chinesa (BIDDLE; OELRICH, 2016). Entretanto, zonas chaves de influência estadunidense se encontram nessa zona, como é o caso de Taiwan e das Ilhas Senkaku. Nas próximas décadas, o desenvolvimento dos sistemas A2/AD possibilitaria a criação de uma zona contestada e o eventual bloqueio chinês à ilha, quebrando a projeção de poder que os Estados Unidos mantêm desde os anos 1950 ameaçando diretamente o território chinês, a partir da chamada primeira cadeia de ilhas.

A competição entre Pequim e Washington pode durar décadas. Deve-se, portanto, considerar o possível desenvolvimento tecnológico do arsenal chinês com o tempo, além do esperado crescimento do PIB e, conseqüentemente, dos gastos militares absolutos chineses. Os Planos Quinquenais e o MLP – Plano de Médio a Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia –, a cada 15 anos, indicam essa tendência (BIDDLE; OELRICH, 2016). Pequim tem focado na modernização de sua marinha – como exemplo do lançamento do navio de assalto anfíbio Type 075 –, de sua Força de Foguetes, que conta

com cerca de 200 lançadores de IRBMs (mísseis balísticos de alcance intermediário) e com mísseis balísticos intercontinentais próximos da operacionalização, e de sua Força Aérea, que pode vir a desempenhar papel importante enquanto força de dissuasão nuclear. Isso indica uma futura capacidade de projeção de forças de Pequim para além da primeira cadeia de ilhas, dentro de algumas décadas, ainda assim dependente de fins políticos e prioridades expressas por meio da BRI (IISS, 2021).

Mesmo que atualmente o balanço de forças nucleares e convencionais entre os EUA e China indique uma preponderância estadunidense, a China possui, também, projetos de integração e desenvolvimento regional que projetam infraestruturas de poder. É o caso do assim chamado colar de pérolas (*string of pearls*), caracterizado por um conjunto de projetos de infraestrutura e parcerias securitárias da China com países do Oceano Índico. Mais especificamente, os portos de Colombo e Hambantota, no Sri Lanka; de Gwadar, no Paquistão; de Chittagong, no Bangladesh; de Ilha Madae, em Myanmar; e de Port Victoria, em Seychelles, no entorno estratégico indiano. Aos poucos se configura um colar de pérolas ampliado, envolvendo os diversos portos orientais junto daqueles com presença chinesa no Djibuti, no Quênia e no Sudão, que permitem conexão ao Chifre da África.

Com efeito, é inegável isto que potencializa a influência chinesa sobre uma rota que envolve o Canal de Suez (entre o Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo), o estreito Bab el-Mandeb (entre o Mar Vermelho e o Índico), o estreito de Ormuz (entre o Golfo Pérsico e o Índico), e o estreito de Malaca (entre o Índico e o Mar do Sul da China).²⁵ Nessa direção, Pequim tem buscado dar forma multilateral à BRI e engajar ao máximo outros atores importantes na cooperação econômica regional e interregional (LI, 2020). Em termos securitários, por exemplo, o CECP reduziria a vulnerabilidade chinesa a um bloqueio no Estreito de Malaca, vinculando-se ainda aos objetivos chineses de estabilizar a região do norte do subcontinente indiano e da Ásia Central, incluindo a Caxemira, Baluchistão, Xinjiang e Afeganistão.

A Nova Rota da Seda, inicialmente uma iniciativa de natureza geoeconômica, tornou-se também uma agenda geopolítica. A segurança dos interesses chineses e dos países membros do BRI demanda, do ponto de vista de Pequim, ações diplomáticas e a ampliação de capacidades

militares defensivas. Assim, em compasso com a evolução da BRI, há um fortalecimento do papel chinês nas questões de segurança na região, sobretudo em face da projeção dos Estados Unidos e de seus aliados no Indo-Pacífico.

Conclusão

A configuração de poder emergente no mundo passa pelas relações entre Estados Unidos e China. Os Estados Unidos apostam no conceito de Indo-Pacífico para vertebrarem uma estratégia de contenção da China. A questão de fundo, contudo, é se o nexos entre recurso à força e neoliberalismo, perseguido por diferentes governos em Washington desde o fim da Guerra Fria, é um projeto atrativo ou sequer viável para a maioria dos países da própria região “reinventada” como Indo-Pacífico. Até aqui, o chamado QUAD tem sido uma alternativa bastante frágil quando comparada com os mecanismos de desenvolvimento e integração liderados por Pequim, tais como a BRI, a OCX e a RCEP.

Uma possibilidade é Washington substituir a atual estratégia de polarização e contenção baseada no Indo-Pacífico em prol de um arranjo global de governança que priorize a cooperação em torno das questões de desenvolvimento sustentável e segurança coletiva. A outra, cada vez mais difícil, é tentar conter a China por meio de bloqueios econômicos e demonstrações de força militar. Em outras palavras, sem oferecer soluções sistêmicas de longo prazo, tal como fez depois da II Guerra Mundial, Washington tende a perder cada vez mais capacidade hegemônica na medida em que o mundo se volta para as soluções e propostas da China.

Trata-se de uma espécie de ‘metáfora do Afeganistão’. Por um lado, o país representou um ciclo de intervenções militares de vinte anos, guiadas pela visão de uma Guerra Global ao Terror, cujos resultados foram no mínimo erráticos, senão catastróficos. Por outro, a China tem buscado, inclusive sob o novo governo Taliban, engajar o Afeganistão na Nova Rota da Seda, via CECP e OCX, promovendo desenvolvimento e estabilidade. Pequim tem utilizado o desenvolvimento e a integração regional como os mecanismos decisivos para garantir estabilidade e segurança no seu entorno estratégico. Isto fica evidente quando se

observa a maior sinergia na relação ASEAN-China, cujos desdobramentos incluem a criação da RCEP, ou mesmo em contextos de disputas territoriais, como indica o distensionamento sino-filipino no Mar da China Meridional (WEI, 2020). Apesar da projeção de poder militar dos Estados Unidos na região do Indo-Pacífico, sem alternativas de desenvolvimento, Washington tem limitada capacidade para securitizar e rivalizar com a China.

NOTAS

1. Os autores agradecem a Francisco Fabris (UFRGS) pela assistência de pesquisa para a elaboração deste texto.
2. Ver a íntegra do *Indo-Pacific Strategy Report*, disponível em: shorturl.at/rzLMN.
3. Dados baseados em PPP em milhões de dólares internacionais de 1990.
4. Ver relatório disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2021/April/weo-report>
5. Ver o Atlas da Complexidade Econômica: <https://atlas.cid.harvard.edu/countries/231>
6. Ver dados oficiais disponíveis em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>.
7. Os planos são uma continuação, como bem ilustra o China Briefing, disponível em: <https://bit.ly/3jNXUTS>.
8. Disponível em <https://fortune.com/global500/2021/search/>.
9. Ver site oficial da SASAC, disponível em: http://en.sasac.gov.cn/2018/07/17/c_7.htm.
10. Ver notícia da agência Nikkei Asia, disponível em: <https://s.nikkei.com/3DRUisg>.
11. Ver dados do Observatório da Complexidade Econômica, disponível em: <https://oec.world/en>.

12. Ver Xinhua, disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2021-07/30/c_1310095612.htm.
13. Para maior detalhamento e acompanhamento das obras, ver <http://cpec.gov.pk/progress-update>.
14. Documento disponível em <https://asean2019.go.th/en/news/asean-outlook-on-the-indo-pacific/>.
15. Ver *Asia Times*, disponível em <https://bit.ly/3BPtzuF>.
16. Ver balanço do *Global Development Policy Center*, disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/>.
17. Ver site oficial, disponível em: <https://www.aiib.org/en/index.html>.
18. Ver relatório BRI, disponível em: <https://bit.ly/3zR8Y8G>.
19. Ver *Asia Times*, disponível em <https://cutt.ly/7WRDCRv>.
20. Ver *Washington Post*, disponível em <https://wapo.st/3tnlCHs>.
21. Ver *Nikkei Asia*, disponível em: <https://cutt.ly/IWUvjHQ>.
22. Ver documento do Ministério das Relações Exteriores do Japão intitulado *Japan's effort for a "Free and Open Indo-Pacific"*, disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/100056243.pdf>.
23. Ver a íntegra do relatório do Departamento de Defesa, disponível em: <https://bit.ly/3h1xqMT>.
24. Ver a relação dos portos disponível em: <https://www.worldshipping.org/top-50-ports>.
25. Ver Pautasso; Nogara; Ribeiro (2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alam, Khalid; LI, Xuemei; Baig, Saranjam (2019). "Impact of Transport Cost and Travel Time on Trade under China-Pakistan Economic Corridor (CPEC)". *Journal of Advanced Transportation*, <https://doi.org/10.1155/2019/7178507>

- Anwar, Dewi (2020). “Indonésia e as perspectivas da ASEAN sobre o Indo-Pacífico”. *International Affairs* 96: 1, pp. 111–129.
- Biddle, Stephen; Oelrich, Ivan (2016). “Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Anti Access/Area Denial, U.S. AirSea Battle, and Command of the Commons in East Asia”, *International Security*, v. 41, n. 1, p. 7–48.
- Blank, Jonah (2021). *Regional Responses to US-China Competition in the Indo-Pacific: India*. RAND Corporation.
- Christensen, Joseph; Tull, Malcolm (2014). *Historical Perspectives of Fisheries Exploitations in the Indo-Pacific*. Springer.
- Demir, Emre (2020). “Competing regional visions: China’s Belt and Road Initiative versus the Indo-Pacific Partnership”, In: Rossiter, Ash; Cannon, Brendon J. [editors]. *Conflict and Cooperation in the Indo-Pacific: New Geopolitical Realities*, Routledge, Pp. 94-114.
- Dolven, Ben et al. (2015). “Chinese Land Reclamation in the South China Sea: Implications and Policy Options”. CRS Report prepared for Members and Committees of Congress. *Congressional Research Service* 7-5700, <https://fas.org/sgp/crs/row/R44072.pdf>.
- He, Kai; Feng, Huiyun (2020). “The institutionalization of the Indo-Pacific: problems and prospects”. *International Affairs* 96: 1, pp. 149–168.
- Japan (2021). “Defense of Japan Annual White Paper”. Tokyo, Ministry of Defense, https://www.mod.go.jp/en/publ/w_paper/index.html.
- Koga, Kei. (2020). “Japan’s ‘Indo-Pacific’ question: countering China or shaping a new regional order?” *International Affairs* 96: 1, pp. 49–73.
- Li, Mingjiang (2020). “The Belt and Road Initiative: geo-economics and Indo-Pacific security competition”. *International Affairs* 96: 1, pp. 169–187.
- Liu, Feng (2020). “The recalibration of Chinese assertiveness: China’s responses to the Indo-Pacific challenge”. *International Affairs* 96: 1, pp. 9-27.
- Liu, Hongsong; Xu, Yue; Fan, Xinzhu (2020). “Development finance with Chinese characteristics: financing the Belt and Road Initiative”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 63 (2), 1-15.

- O’hanlon, Michael (2020). “Evolving the U.S. Base Structure in the Indo-Pacific”. In: HASS, R. et al. [editors]. *The Future of US Policy Towards China: Recommendations for the Biden administration, 2020*, <https://www.brookings.edu/multi-chapter-report/the-future-of-us-policy-toward-china>.
- Rossiter, Ash; Cannon, Brendon J. [editors] (2020). *Conflict and Cooperation in the Indo-Pacific: New Geopolitical Realities*. Routledge.
- Scobell, Andrew (2020). “Constructing a U.S.-China Rivalry in the Indo-Pacific and Beyond”, *Journal of Contemporary China*, DOI: 10.1080/10670564.2020.1766910
- Serbin, Andrés (2021). “El Indo-Pacífico y América Latina en el marco de la disputa geoestratégica entre Estados Unidos y China”. *Documentos de Trabajo. n.º 45*, Fundación Carolina.
- Serbin, Andrés (2020). “La eclosión de Eurasia y su impacto en América Latina y el Caribe: percepciones e intereses de actores globales y regionales” en Grabendorff, Wolf; Serbin, Andrés (eds) *Los actores globales y el (re)descubrimiento de América Latina*. Icaria Editorial, pp. 317-330.
- Usindopacom (2021). “About USINDOPACOM, 2021”, <https://www.pacom.mil/About-USINDOPACOM/>.
- Yumin, Hu (2021). “US likely to boost military presence in Indo-Pacific”. *China Daily*, 2021, <https://www.chinadaily.com.cn/a/202105/15/WS-609f16cea31024ad0babe07c.html>.
- Wei, Ling (2020). “Developmental peace in east Asia and its implications for the Indo-Pacific”. *International Affairs* 96: 1, pp.189–209.
- Zhang, Feng (2019). “China’s Curious Nonchalance Towards the Indo-Pacific”, *Survival*, 61:3, pp. 187-212.

RESUMO

Neste texto, nosso objetivo é analisar como a emergente rivalidade entre Estados Unidos e China se manifesta e quais são as suas implicações regionais e sistêmicas. Do lado de Washington, a projeção se dá via bases e operações militares, além de iniciativas diplomático-comerciais, como Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD) e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), principalmente. Do lado de Pequim,

suas ações na região têm passado pela Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), a Parceria Regional Abrangente (RCEP), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e, sobretudo, a Nova Rota da Seda (BRI). Nossa prioridade é analisar as iniciativas chinesas e compará-las com a projeção de poder estadunidense na região que Washington caracteriza como sendo o Indo-Pacífico. A hipótese do trabalho é que a projeção de poder atualmente realizada pelos Estados Unidos (um tipo de *containment*) é impotente para conter a China e detrimental para a segurança e o desenvolvimento da humanidade.

O restante do capítulo está dividido em três partes. A próxima seção analisa os aspectos econômicos e logísticos. Em seguida, uma seção discute os aspectos diplomáticos bilaterais e multilaterais. Finalmente, os aspectos militares e securitários serão analisados em uma seção específica. O capítulo pretende lançar luz sobre as contradições sistêmicas e os possíveis elementos a configurar o novo ordenamento de poder no mundo.

RESUMEN

En este texto, nuestro objetivo es analizar cómo se manifiesta la rivalidad emergente entre Estados Unidos y China y cuáles son sus implicancias a nivel tanto regional como sistémico. Por el lado de Washington, la proyección se realiza a través de bases y operaciones militares, además de iniciativas diplomático-comerciales, como el Diálogo Cuadrilátero de Seguridad (QUAD) y la Cooperación Económica Asia-Pacífico (APEC), principalmente. Por el lado de Beijing, sus acciones en la región han incluido la Organización de Cooperación de Shanghái (OCX), la Alianza Regional Integral (RCEP), el Banco Asiático de Inversión en Infraestructura (AIIB) y, sobre todo, la Nueva Ruta de la Seda (BRI). Nuestra prioridad es analizar las iniciativas chinas y compararlas con la proyección del poder estadounidense en la región que Washington caracteriza como el Indo-Pacífico. La hipótesis del trabajo es que la proyección de poder que actualmente lleva a cabo Estados Unidos (un tipo de *contención*) es impotente para contener a China y perjudicial para la seguridad y el desarrollo de la humanidad.

El resto del capítulo se divide en tres partes. La siguiente sección analiza los aspectos económicos y logísticos. Luego, una sección analiza los aspectos diplomáticos bilaterales y multilaterales. Finalmente, los aspectos militares y de seguridad serán analizados en un apartado específico. El capítulo pretende arrojar luz sobre las contradicciones sistémicas y los posibles elementos que configuran el nuevo orden de poder en el mundo.

ABSTRACT

In this text, our objective is to analyze how the emerging rivalry between the United States and China manifests itself and what are its regional and systemic implications. On the Washington side, the projection takes place via military bases and operations, in addition to diplomatic-commercial initiatives, such as the Quadrilateral Security Dialogue (QUAD) and the Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC), mainly. On the Beijing side, its actions in the region have included the Shanghai Cooperation Organization (SCO), the Comprehensive Regional Partnership (RCEP), the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) and, above all, the New Silk Road (Belt and Road Initiative-BRI). Our priority is to analyze Chinese initiatives and compare them with the projection of US power in the region that Washington characterizes as the Indo-Pacific. The work's hypothesis is that the projection of power currently carried out by the United States (a type of containment) is powerless to contain China and detrimental to the security and development of humanity.

The remainder of the chapter is divided into three parts. The next section analyzes the economic and logistical aspects. A section then discusses bilateral and multilateral diplomatic aspects. Finally, the military and security aspects will be analyzed in a specific section. The chapter intends to highlight on the systemic contradictions and the possible elements that configure the new order of power in the world.